REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO NA GESTÃO DO ORÇAMENTO PESSOAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) - UNIDADE CARANGOLA

THE INFLUENCE OF KNOWLEDGE ACQUIRED IN THE UNIVERSITY ENVIRONMENT ON THE PERSONAL BUDGET MANAGEMENT OF STUDENTS AT THE STATE UNIVERSITY OF MINAS GERAIS (UEMG) - CARANGOLA UNIT

Ciências Sociais Aplicadas • 01/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793457888

Maria Clara Ribeiro de Brito

Suelen Souza Pereira

RESUMO

A educação financeira não se limita ao domínio de conceitos teóricos; ela abrange a aplicação prática dessas noções no dia a dia e a forma como cada pessoa percebe sua própria capacidade de gerir o dinheiro. Com base nisso, este trabalho investigou de que maneira os conhecimentos e as vivências do ambiente universitário se refletem na gestão do orçamento pessoal dos estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa e descritiva, sendo realizada por meio de um levantamento (*survey*) com 101 acadêmicos — divididos entre 69 ingressantes (1° e 2° períodos) e 32 concluintes (7° e 8° períodos). A partir da análise estatística descritiva das respostas, foi possível notar avanços pontuais entre as duas etapas da formação. Os estudantes do final do curso demonstraram maior clareza sobre os custos do crédito, com o acerto sobre a cobrança de juros rotativos no cartão subindo de 68,1% para 90,6%, além de um índice mais alto de quitação integral da fatura, que passou de 52,2% para 81,2%, e a adoção mais frequente de aplicativos de controle orçamentário. Por outro lado, essas mudanças não ocorreram em todas as frentes: a rotina de planejar os gastos permaneceu em níveis semelhantes entre os grupos e a maioria dos concluintes continuou avaliando o próprio nível de educação financeira como médio ou baixo, mesmo tendo se saído bem nas questões conceituais. A permanência do planejamento orçamentário em patamares estáveis, a despeito do ganho teórico, foi discutida a partir da distinção que Lusardi e Mitchell (2014) fazem entre letramento e comportamento financeiro. Já a distorção entre a autoavaliação e o desempenho real nas questões técnicas foi interpretada à luz do efeito Dunning-Kruger. Pondera-se que essa evolução prática nos períodos finais não pode ser atribuída unicamente ao ensino acadêmico, podendo também

estar associada à maior inserção dos formandos no mercado de trabalho e à conquista da autonomia financeira. Conclui-se que o avanço na graduação acompanha melhorias operacionais específicas, mas não assegura, por si só, a consolidação de hábitos contínuos de planejamento nem uma percepção mais confiante da própria bagagem financeira, o que reforça a relevância de criar mais espaços e disciplinas sobre o tema no ambiente acadêmico.
Palavras-chave: Educação financeira; Orçamento pessoal; Estudantes universitários; Autopercepção financeira; Planejamento financeiro.

ABSTRACT

Financial education extends beyond grasping theoretical concepts; it encompasses the practical application of these notions in daily life and how individuals perceive their own money management capabilities. Based on this premise, this study investigated how knowledge and experiences within the university environment reflect on the personal budget management of students at the State University of Minas Gerais (UEMG) – Carangola Unit. The study adopted a quantitative and descriptive approach, conducted through a survey with 101 undergraduate students—divided into 69 freshmen (1st and 2nd terms) and 32 seniors (7th and 8th terms). Descriptive statistical analysis revealed specific improvements across academic stages. Senior students showed greater clarity regarding credit costs, with correct answers on credit card revolving interest rising from 68.1% to 90.6%, alongside higher rates of full bill payments (increasing from 52.2% to 81.2%) and broader adoption of financial control apps. However, these changes were not uniform across all areas: expense planning routines remained at similar levels between groups, and most senior students continued to rate their financial knowledge as average or low, despite performing well on

conceptual questions. The stability in budget planning frequency despite conceptual progress was analyzed using Lusardi and Mitchell's (2014) distinction between financial literacy and behavior. Meanwhile, the gap between self-assessment and actual technical performance was interpreted through the Dunning-Kruger effect. Crucially, this practical progress in the final terms cannot be attributed solely to academic education, as it may also be associated with senior students' greater labor market integration and financial autonomy. Ultimately, the study concludes that progressing through higher education accompanies specific operational improvements, but does not alone guarantee long-term planning habits or a more confident self-perception, highlighting the need for dedicated financial education initiatives within the university setting.
Keywords: Financial education; Personal budget; University students; Financial self-perception; Financial planning.

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pelo forte perfil consumista, a educação financeira tem se tornado cada vez mais relevante, principalmente entre os jovens, que são constantemente influenciados pelo marketing e pelo fácil acesso ao crédito, intensificado pela expansão dos bancos digitais e serviços financeiros online. No contexto universitário, essa realidade se torna ainda mais evidente, pois trata-se de uma fase de transição, na qual muitos estudantes passam a administrar seus próprios recursos financeiros ou até mesmo valores provenientes da família, muitas vezes sem o preparo necessário para essa responsabilidade.

Sob essa perspectiva, dados recentes reforçam a intensificação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros entre os jovens

brasileiros. Segundo o Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil (2025), o número de jovens com acesso ao crédito mais que dobrou nos últimos anos, passando de 13,7 milhões em 2016 para 27,6 milhões em 2024, considerando indivíduos entre 15 e 29 anos. Observa-se ainda o crescimento do uso de instrumentos como cartão de crédito e crédito pessoal, sendo o cartão a principal modalidade entre os jovens, representando cerca de 21% do total de usuários, chegando a 24% nas modalidades de crédito rotativo e parcelado. Já o crédito pessoal também apresenta relevância, sendo utilizado por 11 milhões de jovens, o que corresponde a 26% dos tomadores dessa modalidade. O relatório também aponta que os jovens apresentam níveis de inadimplência superiores aos de outras faixas etárias, evidenciando maior vulnerabilidade financeira. Assim, destaca-se a necessidade de maior preparo financeiro para lidar com as facilidades e riscos do mercado atual.

Diante desse cenário, busca-se compreender como os jovens universitários têm gerido suas finanças pessoais, analisando seu perfil de consumo e verificando se, ao longo da graduação e com os conhecimentos adquiridos no ambiente universitário, desenvolvem práticas mais adequadas de planejamento e controle do orçamento pessoal. O ambiente universitário constitui um importante espaço de aprendizagem e desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades que podem contribuir para a formação dos estudantes e para a tomada de decisões em diferentes áreas de suas vidas. Nesse sentido, os conhecimentos adquiridos durante a graduação podem exercer influência na forma como os estudantes organizam seus recursos financeiros, planejam seus gastos e tomam decisões relacionadas ao consumo, ao crédito e à poupança.

Considerando que os estudantes ingressam no ensino superior em diferentes níveis de conhecimento e experiência, torna-se relevante analisar se o percurso acadêmico e os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação podem contribuir para mudanças na forma como administram suas finanças pessoais. Dessa maneira, a comparação entre estudantes dos períodos iniciais e finais da graduação pode possibilitar a identificação de possíveis diferenças relacionadas ao nível de conhecimento financeiro e às práticas de planejamento e controle do orçamento pessoal.

Diante disso, surge a seguinte questão-problema: o conhecimento adquirido no ambiente universitário influencia a forma como os estudantes administram seu orçamento pessoal? A partir dessa problemática, parte-se da possibilidade de que estudantes que se encontram nos períodos finais da graduação, devido à maior vivência acadêmica e ao maior contato com conhecimentos desenvolvidos no ambiente universitário, apresentem maior nível de conhecimento financeiro e práticas mais frequentes de planejamento e controle do orçamento pessoal quando comparados aos estudantes dos períodos iniciais.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a influência dos conhecimentos adquiridos no ambiente universitário na gestão do orçamento pessoal dos estudantes da UEMG – Unidade Carangola. Como objetivos específicos, busca-se identificar o nível de conhecimento financeiro dos estudantes, analisar as principais práticas relacionadas ao planejamento e ao controle do orçamento pessoal, e comparar o conhecimento financeiro e a gestão do orçamento pessoal entre estudantes dos períodos iniciais e finais da graduação.

A educação financeira está diretamente ligada à qualidade de vida e ao nível de endividamento, tornando-se um tema relevante tanto no contexto acadêmico quanto social. Nesse sentido, a realização deste estudo é de grande importância, pois, ao analisar jovens universitários em fase de formação, é possível compreender como eles lidam com suas finanças pessoais. Além disso, a pesquisa permite analisar a possível contribuição do ambiente universitário para o desenvolvimento de conhecimentos e competências que podem ser aplicados na vida pessoal dos estudantes. Considerando que a formação acadêmica pode ampliar a capacidade de análise, planejamento e tomada de decisões, torna-se relevante compreender se esses conhecimentos exercem influência também sobre a administração dos recursos financeiros pessoais.

Adicionalmente, o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de futuras iniciativas voltadas à educação financeira, destacando sua importância como um conhecimento essencial para a formação dos estudantes, independentemente da área de graduação. Dessa forma, busca-se ampliar a compreensão sobre como a formação acadêmica pode influenciar as decisões financeiras desse público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação Financeira: Conceitos e Fundamentos

O conceito de finanças pessoais, de acordo com o Banco Central do Brasil - BCB (2026), envolve a forma como o indivíduo se relaciona com o dinheiro em seu cotidiano, buscando suprir suas necessidades e planejar objetivos futuros. Nesse contexto, devem ser considerados aspectos como o orçamento, o uso do crédito, o

consumo consciente, a poupança, o investimento e a prevenção de imprevistos.

A educação pode ser entendida como um processo contínuo de aprendizagem, envolvendo tanto a teoria quanto a prática, e assumindo um papel fundamental no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades. De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988, artigo 205), a educação é definida como “direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Partindo da relação entre os conceitos, entende-se que a educação financeira é um processo de aprendizagem que tem como objetivo ensinar não apenas a teoria, mas também a prática, de forma a torná-la efetiva e capaz de promover o bem-estar financeiro dos indivíduos. Nesse sentido, possibilita que as pessoas controlem suas receitas e despesas de acordo com suas necessidades, sendo essa responsabilidade compartilhada entre a família e as instituições de ensino.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a educação financeira é definida como:

> *"A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou orientação objetiva, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e adotar outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro" (OCDE, 2005, p. 26, tradução nossa).*

No Brasil, a educação financeira é promovida por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (Brasil, 2013), inspirada na definição da OCDE, e reforça a importância do desenvolvimento de conhecimentos sobre serviços e produtos financeiros, de modo que indivíduos mais bem informados possam tomar decisões mais conscientes. A ENEF também destaca que a teoria, por si só, não é suficiente, sendo essencial que o indivíduo consiga utilizar essas informações na prática, aplicando-as em seu cotidiano e sabendo buscar orientações quando necessário.

Domingos (2022) destaca que essa aprendizagem, quando colocada em prática, contribui para o equilíbrio e o bem-estar financeiro dos indivíduos, sendo, por meio dela, possível conquistar maior autonomia na gestão de seus recursos. Dessa forma, a educação financeira apresenta-se como um pilar fundamental para o desenvolvimento de indivíduos mais conscientes e preparados para lidar com uma cultura imediatista, que enfraquece a cada dia, o planejamento de longo prazo, e também com a dinâmica de um cenário econômico em constante transformação, marcado pelo fácil acesso a produtos financeiros.

2.2. Comportamento Financeiro e Tomada de Decisão

O comportamento financeiro pode ser definido como a forma pela qual o indivíduo interage com seus recursos monetários no cotidiano, constituindo um conjunto de atitudes, hábitos e escolhas que orientam a gestão das finanças pessoais (Savoia; Saito; Santana, 2007). Esse conjunto abrange aspectos técnicos, como o controle de gastos, o uso consciente e estruturado do crédito, a formação de poupança e o planejamento de investimentos, mas também envolve fatores sociais e psicológicos, como percepções relacionadas ao consumo. Dessa forma, o comportamento financeiro evidencia a relação do indivíduo com seus recursos no dia a dia, sendo influenciado por experiências pessoais e pelo meio em que está inserido, impactando diretamente a tomada de decisão. Sob essa perspectiva, os mesmos autores ressaltam que indivíduos com menor nível de educação financeira tendem a apresentar comportamentos mais impulsivos e decisões menos planejadas, o que reforça a relevância de uma formação financeira estruturada.

A tomada de decisão, sob essa perspectiva, corresponde ao processo pelo qual o indivíduo realiza escolhas quanto à utilização de seus recursos, considerando seus objetivos, necessidades e limitações. Trata-se de um processo estruturado, composto por etapas sequenciais e interdependentes. De acordo com Kotler e Keller (2012), esse processo é composto por cinco fases. Inicialmente, ocorre o reconhecimento da necessidade, momento em que é identificada uma demanda ou desejo que requer a utilização de recursos financeiros. Em seguida, há a busca por informações, na qual são consideradas possíveis alternativas para atender à necessidade identificada. Posteriormente, ocorre a avaliação das alternativas, etapa em que são analisados os custos, benefícios e riscos de cada opção. Na sequência, tem-se a decisão, caracterizada pela escolha de uma alternativa. Por fim, ocorre a avaliação pós-

decisão, momento em que os resultados obtidos são analisados, podendo reforçar ou modificar comportamentos futuros.

Embora esse modelo proponha uma sequência lógica de etapas, o processo decisório nem sempre ocorre de forma linear. Conforme argumenta Simon (1979), as decisões humanas não são totalmente racionais, uma vez que os indivíduos operam sob limitações de informação, tempo e capacidade cognitiva. Nesse sentido, nem sempre é possível avaliar todas as alternativas disponíveis, o que caracteriza a racionalidade limitada. Dessa forma, o processo de decisão tende a ser simplificado, com a utilização de julgamentos rápidos, resultando em escolhas satisfatórias, mas não necessariamente ótimas.

Esse processo não ocorre de forma isolada, sendo influenciado pelo meio social e econômico. O ambiente familiar representa o primeiro contato do indivíduo com valores e comportamentos relacionados ao dinheiro, desempenhando papel fundamental na formação de hábitos financeiros. Além disso, o contexto cultural pode incentivar determinados padrões de consumo, frequentemente associados ao status social. No cenário contemporâneo, marcado pela intensa presença das mídias digitais, essa influência torna-se ainda mais significativa. A exposição constante a estilos de vida e padrões de consumo promove comparações sociais, gerando pressões que impactam a percepção de necessidades e prioridades. Dessa forma, as decisões financeiras podem ser influenciadas não apenas por condições objetivas, mas também por expectativas sociais e pelo desejo de pertencimento.

Nessa perspectiva, as decisões financeiras não podem ser analisadas apenas pela lógica da racionalidade econômica, pois fatores

psicológicos e comportamentais também influenciam de forma importante o processo de escolha dos indivíduos. As finanças comportamentais surgem justamente para complementar os modelos tradicionais de finanças, ao considerar que emoções, crenças, experiências e vieses cognitivos podem interferir na maneira como as pessoas avaliam riscos, oportunidades e resultados esperados. Assim, decisões relacionadas ao consumo, à poupança e aos investimentos nem sempre são tomadas com base apenas em critérios racionais, mas também em percepções subjetivas e comportamentos que podem comprometer o planejamento financeiro de longo prazo (Yoshinaga et al., 2008).

Nesse contexto, a relação entre comportamento financeiro, educação e cidadania torna-se evidente, visto que a forma como o indivíduo administra seus recursos está diretamente associada ao seu processo de formação pessoal e social. A educação desempenha papel fundamental ao desenvolver competências que possibilitam decisões mais conscientes e responsáveis. Conforme estabelece a Constituição Federal (Brasil, 1988), a educação deve promover o pleno desenvolvimento do indivíduo e prepará-lo para o exercício da cidadania, o que inclui a capacidade de gerir seus próprios recursos de maneira adequada. Assim, saber lidar com o dinheiro deixa de ser apenas uma habilidade técnica e passa a integrar a autonomia do indivíduo e seu papel como cidadão na sociedade.

Dessa forma, observa-se que o comportamento financeiro e a tomada de decisão são influenciados por múltiplos fatores, incluindo aspectos individuais, sociais e educacionais. A ausência de controle e de planejamento financeiro pode comprometer a renda e dificultar a consolidação de uma estabilidade econômica sustentável ao longo do tempo. Conforme o Banco Central do Brasil – BCB (2026), o

gerenciamento das finanças pessoais refere-se à maneira pela qual o indivíduo se relaciona com o dinheiro, buscando atender suas necessidades e planejar objetivos futuros, o que reforça a relevância de práticas conscientes na administração dos recursos pessoais.

Desse modo, evidencia-se que o comportamento financeiro e a tomada de decisão são influenciados por múltiplos fatores individuais, sociais e educacionais, o que reforça a importância da educação financeira como ferramenta essencial para a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos, especialmente no contexto do ensino superior.

2.3. Planejamento Financeiro, Crédito e Endividamento

Na visão da gestão, o planejamento é considerado uma ferramenta fundamental para a tomada de decisões mais assertivas e eficientes, consistindo na definição prévia das ações necessárias para o alcance de objetivos e a redução de incertezas (Menezes, 2018). Ao aplicar esse conceito às finanças, o planejamento permite a gestão estratégica das receitas e despesas, evitando o descontrole e proporcionando maior estabilidade econômica (Camargo, 2007). Conforme orienta a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2025), trata-se de um processo dinâmico e contínuo que possibilita o atingimento de metas de curto, médio e longo prazo, demandando atualizações constantes diante das oscilações cotidianas.

No âmbito operacional, dados do Banco Central do Brasil (2026) apontam que, embora os indivíduos geralmente consigam identificar a origem de suas receitas, é recorrente a dificuldade no controle das despesas fixas mensais. Nesse contexto, o orçamento

pessoal consolida-se como instrumento central de gestão para o registro de entradas e saídas e a identificação de padrões de consumo. O propósito essencial desse acompanhamento é guiar o orçamento à condição de superávit, gerando um excedente direcionado tanto a objetivos futuros quanto à constituição de uma reserva financeira para imprevistos.

A relevância dessa proteção prévia é reiterada pela CVM (2025), que recomenda a destinação regular de parcela da renda para a reserva de emergência, montante capaz de assegurar os gastos essenciais em momentos de instabilidade, como desemprego ou problemas de saúde. A falta dessa cobertura expõe o consumidor a momentos de vulnerabilidade, fazendo com que o recurso a empréstimos e faturas de cartão surja como alternativa imediata. O problema central dessa prática reside no custo do crédito no Brasil, visto que recorrer a modalidades com juros elevados, como o rotativo do cartão e o cheque especial, pode transformar um imprevisto passageiro em um ciclo de endividamento de longo prazo.

O endividamento, por sua vez, refere-se ao conjunto de obrigações financeiras assumidas pelo indivíduo, podendo ser classificado como saudável ou excessivo (Serasa, 2023). É considerado saudável quando ocorre de forma planejada, atrelado a juros baixos ou ao financiamento de patrimônio e formação pessoal, como a educação. Em contrapartida, torna-se excessivo quando envolve taxas elevadas, compromete parcela significativa da renda e aumenta o risco de inadimplência.

No cenário brasileiro, esse fenômeno atingiu patamares historicamente elevados. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC, realizada pela Confederação

Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2026), o percentual de famílias endividadas alcançou 80,4% em março de 2026. Ademais, 29,6% das famílias apresentavam contas em atraso e 12,3% declaravam não ter condições de quitá-las, evidenciando a severidade da crise financeira das famílias.

Fatores comportamentais e sociológicos auxiliam na compreensão dessa dinâmica. Bauman (2008) argumenta que a sociedade contemporânea impulsiona uma cultura imediatista de consumo, enquanto Kahneman (2012) explica que as decisões humanas são frequentemente regidas por um sistema de pensamento rápido e impulsivo. A combinação entre o estímulo social ao consumo e a impulsividade cognitiva favorece o uso inadequado do crédito, priorizando a antecipação de desejos em detrimento do planejamento sustentável.

Essa expansão do crédito no cotidiano reflete-se no aumento expressivo de seus instrumentos. Segundo o Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil - BCB (2025), mais de 37 milhões de brasileiros passaram a utilizar cartão de crédito entre 2020 e 2024, alcançando a marca de 220 milhões de cartões ativos no país. O levantamento indica, contudo, que essa inclusão veio acompanhada de um forte comprometimento orçamentário: o percentual da renda média das famílias destinado ao pagamento de cartões saltou de 38,5% em 2020 para 54% em 2024. Nessas circunstâncias, o pagamento parcial da fatura e o recurso ao crédito rotativo transformam o cartão, antes um simples meio de pagamento, em uma fonte primária de endividamento.

No caso da juventude e dos estudantes universitários, a limitada experiência na gestão de recursos somada ao fácil acesso aos

serviços bancários amplia a vulnerabilidade financeira. O mesmo estudo aponta que o número de jovens entre 15 e 29 anos com acesso ao crédito saltou de 13,7 milhões em 2016 para 27,6 milhões em 2024, acompanhado por índices de inadimplência superiores aos das demais faixas etárias. Na parcela jovem da população, o cartão de crédito responde por 21% do uso total de crédito e por 24% da utilização das modalidades rotativo e parcelado, enquanto aproximadamente 11 milhões de indivíduos recorrem ao crédito pessoal.

Como destaca Kiyosaki (2018), a educação financeira é crucial para capacitar o indivíduo a distinguir escolhas que constroem patrimônio daquelas que apenas acumulam despesas. Diante desse panorama, o desenvolvimento do discernimento crítico e do planejamento financeiro apresenta-se como ferramenta indispensável para mitigar o endividamento precoce e promover o equilíbrio econômico, servindo de base para compreender o comportamento dos estudantes no ambiente universitário.

2.4. Educação Financeira no Contexto Universitário

O ingresso no ensino superior constitui uma etapa marcada por transformações significativas na vida dos jovens, sobretudo no que se refere à autonomia financeira e à administração dos recursos pessoais. Nesse período, muitos estudantes passam a assumir responsabilidades relacionadas ao pagamento de despesas acadêmicas e cotidianas como alimentação, transporte, moradia e materiais de estudo, demandando maior capacidade de organização e planejamento.

Além das responsabilidades econômicas adquiridas durante a graduação, o ambiente universitário favorece a intensificação de práticas de consumo influenciadas por fatores sociais e culturais. A necessidade de integração, associada à influência das mídias digitais e aos padrões contemporâneos de consumo, pode estimular comportamentos impulsivos e dificultar o controle financeiro. Nesse sentido, Bauman (2008) analisa como, na sociedade contemporânea, o consumo deixou de estar restrito à satisfação de necessidades básicas, passando a funcionar como mecanismo de construção de identidade e de inserção social.

De acordo com Bodie e Merton (2002) “Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo”. Tal processo de distribuição dos recursos é decorrente das necessidades, dos desejos de consumo e das escolhas realizadas pelos indivíduos. Portanto, no contexto atual fica claro que o consumo entre universitários está frequentemente associado à busca por aceitação e reconhecimento, contribuindo para escolhas financeiras pouco planejadas.

Com isso, esse cenário é agravado devido à ampliação do acesso dos jovens aos serviços financeiros. A popularização das contas digitais, dos cartões de crédito e das plataformas bancárias online facilitou a inserção dos universitários no sistema financeiro, expandindo tanto as possibilidades de consumo quanto os riscos relacionados ao endividamento. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais — ANBIMA (2023), parcela significativa dos jovens inicia sua relação com produtos financeiros ainda durante a graduação, embora muitos demonstrem dificuldades na compreensão de conceitos como juros, crédito e investimentos.

Pesquisas sobre educação financeira no ensino superior evidenciam que grande parte dos universitários apresenta baixo nível de preparo para administrar adequadamente suas finanças pessoais. Vieira, Potrich e Ceretta (2013) observaram que as principais dificuldades dos estudantes concentram-se no controle de gastos, na formação de reservas financeiras e no planejamento de longo prazo, sendo essas limitações influenciadas por variáveis como renda familiar, experiência prática e acesso à informação. Essa citação reforça o caráter multifatorial do comportamento financeiro dos universitários e mostra a necessidade de intervenções educativas direcionadas a esse público.

As dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes universitários, entretanto, ultrapassam a esfera econômica e podem repercutir diretamente em seu bem-estar e em sua trajetória acadêmica. Conforme Abreu (2022), a insuficiência de recursos financeiros tende a dificultar o acesso às condições necessárias para a permanência no ensino superior, além de intensificar desafios relacionados à conciliação entre estudos, trabalho e demandas pessoais. Esse cenário pode gerar desgaste emocional e comprometer o rendimento acadêmico, evidenciando que a gestão das finanças pessoais influencia não apenas a estabilidade econômica dos estudantes, mas também sua qualidade de vida, seu desempenho acadêmico e suas perspectivas de formação.

Nesse contexto, a educação financeira constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisões dos estudantes universitários. Conforme Braido (2014), o planejamento financeiro pessoal favorece a adoção de práticas mais conscientes na administração dos recursos, incentivando o controle das despesas, a definição de metas

financeiras e o uso responsável do crédito. Sob essa perspectiva, o ambiente universitário apresenta-se como um espaço propício para a construção dessas competências, possibilitando aos estudantes o desenvolvimento de comportamentos financeiros mais responsáveis e preparados para os desafios econômicos presentes e futuros.

2.5. Influência da Formação Acadêmica na Educação Financeira

A construção do conhecimento financeiro inicia-se na educação básica. Conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), o sistema de ensino busca desenvolver competências voltadas ao reconhecimento do sistema monetário, ao cálculo orçamentário e à interpretação de indicadores socioeconômicos ao longo do ensino fundamental e médio. Tais fundamentos visam capacitar o indivíduo para a tomada de decisões cotidianas, evidenciando que a formação escolar formal estabelece a base para o desenvolvimento do letramento financeiro.

Ao ingressar no ensino superior, o acadêmico passa por um processo de ampliação do repertório analítico e de vivência prática na gestão de seus próprios recursos. Embora pesquisas indiquem que a exposição direta a disciplinas de gestão e economia possa acelerar o domínio de conceitos orçamentários (Muhlhausen; Luz; Marçal, 2021), estudos sobre o comportamento financeiro universitário ressaltam que o ambiente acadêmico como um todo exerce um papel socializador e formador (Potrich et al., 2013). Independentemente do curso escolhido, o avanço na matriz curricular e a permanência no ensino superior exigem do discente maior autonomia, responsabilidade orçamentária e convivência com compromissos típicos da vida adulta.

Contudo, a absorção desses conhecimentos e a sua tradução em atitudes conscientes não ocorrem de maneira linear ou puramente racional. Pesquisas no campo das finanças comportamentais demonstram que as decisões financeiras dos indivíduos são fortemente moldadas por fatores psicossociais, emoções e vieses cognitivos (Yoshinaga et al., 2008). Na mesma linha, observa-se que a influência de pares, os apelos de consumo do ambiente universitário e traços de personalidade interferem diretamente na conduta financeira dos estudantes, mesmo entre aqueles que possuem elevado nível de escolaridade (Rogers et al., 2007).

Além disso, na análise do comportamento financeiro no ambiente acadêmico, cumpre considerar a distinção entre o conhecimento financeiro subjetivo, a autopercepção do indivíduo sobre seu próprio domínio e o conhecimento objetivo, referente à sua capacidade real de aplicar conceitos na prática (Lusardi; Mitchell, 2014). A literatura aponta que indivíduos com menor vivência prática tendem a apresentar um descompasso nessa avaliação, atribuindo a si um nível de conhecimento superior ao seu real desempenho técnico. No contexto universitário, essa distorção comportamental é fundamentada pelo Efeito Dunning-Kruger (Kruger; Dunning, 2009), segundo o qual discentes em estágios iniciais de formação superestimam sua capacidade por ainda não compreenderem a complexidade das variáveis financeiras. Em contrapartida, o avanço nos períodos acadêmicos e o acúmulo de vivências promovem a expansão da bagagem técnica e do senso crítico, permitindo que o estudante substitua a autoconfiança infundada por uma percepção orçamentária mais realista e prudente.

Dessa forma, a permanência na universidade pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos financeiros e para uma maior

responsabilidade na administração do dinheiro. Entretanto, essa mudança também pode estar relacionada às experiências pessoais e profissionais vividas pelos estudantes durante a graduação.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quantitativa, de natureza descritiva, realizado por meio do método de levantamento survey, tendo como finalidade analisar a influência do conhecimento adquirido no ambiente universitário na gestão do orçamento pessoal dos estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. A escolha da abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de mensurar e comparar as informações obtidas junto aos estudantes, possibilitando a identificação de padrões relacionados ao conhecimento financeiro e às práticas de gestão do orçamento pessoal. Conforme Gil (2022), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Nesse sentido, o levantamento survey possibilita a coleta padronizada de informações diretamente com os participantes da pesquisa. Richardson (2017) destaca que a abordagem quantitativa permite o emprego de procedimentos estatísticos na organização e análise dos dados, favorecendo uma interpretação objetiva dos resultados.

A população da pesquisa é composta por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMG – Unidade Carangola. Para atender ao objetivo de comparar estudantes em diferentes momentos da formação acadêmica, a pesquisa considera como grupos de análise os discentes dos períodos iniciais e finais dos cursos de graduação. Dessa forma, serão considerados

estudantes matriculados nos primeiros períodos e estudantes matriculados nos períodos finais de seus respectivos cursos. Essa delimitação permite realizar uma comparação transversal entre grupos que apresentam diferentes níveis de vivência no ambiente universitário, possibilitando verificar se existem diferenças quanto ao conhecimento financeiro e às práticas relacionadas à gestão do orçamento pessoal.

A escolha dos períodos iniciais e finais está diretamente relacionada ao problema de pesquisa, uma vez que se pretende verificar se o conhecimento adquirido e as experiências desenvolvidas ao longo da graduação estão associados a diferenças na forma como os estudantes administram seus recursos financeiros. Os estudantes dos períodos iniciais representam aqueles que possuem menor tempo de exposição ao ambiente universitário, enquanto os estudantes dos períodos finais apresentam maior vivência acadêmica e, consequentemente, maior contato com conteúdos, experiências e conhecimentos desenvolvidos durante a graduação. Ressalta-se, contudo, que a comparação entre esses grupos permite identificar possíveis associações e diferenças entre o tempo de vivência universitária, o conhecimento financeiro e a gestão do orçamento pessoal, não sendo possível afirmar, exclusivamente a partir desse desenho de pesquisa, uma relação causal direta.

Quanto à seleção dos participantes, foi utilizada uma amostragem não probabilística por conveniência e de forma estratificada. Por ser baseada em uma adesão voluntária e restrita aos discentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Carangola, que efetivamente responderam ao instrumento de coleta, a pesquisa não possui pretensão de generalização estatística para além desse público ou unidade específica. A estratificação foi

realizada considerando os diferentes cursos e os períodos acadêmicos selecionados, buscando contemplar estudantes dos períodos iniciais e finais das graduações oferecidas pela UEMG – Unidade Carangola. A utilização desse procedimento possibilita organizar os participantes em grupos de comparação, contribuindo para uma análise mais adequada das possíveis diferenças existentes entre os estudantes conforme o momento da graduação em que se encontram.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado, composto exclusivamente por questões fechadas de múltipla escolha, elaborado pelas autoras com base nos objetivos da pesquisa e nos conteúdos abordados no referencial teórico. O questionário encontra-se apresentado integralmente no Apêndice I deste trabalho e está organizado em três blocos de investigação.

O primeiro bloco corresponde ao perfil socioeconômico e acadêmico dos participantes, contemplando informações relacionadas ao período cursado, curso de graduação, principal fonte de renda ou sustento e faixa de renda mensal. Essas informações possibilitam caracterizar os participantes e verificar aspectos que podem estar relacionados às condições de administração dos recursos financeiros.

O segundo bloco aborda o comportamento financeiro e a gestão dos recursos pessoais, contemplando questões relacionadas ao planejamento e controle dos gastos mensais, às formas utilizadas para controlar as finanças, aos objetivos relacionados à poupança, à capacidade de lidar com despesas inesperadas, à utilização de cartão de crédito, empréstimos, financiamentos e investimentos, além da existência de dívidas ou parcelas em atraso e da frequência

de atraso no pagamento de compromissos financeiros. Essas questões estão diretamente relacionadas ao objetivo de analisar as principais práticas dos estudantes quanto ao planejamento e ao controle do orçamento pessoal.

O terceiro bloco é destinado à investigação do conhecimento financeiro e da percepção dos estudantes sobre a educação financeira. Para isso, são apresentadas questões relacionadas à compreensão dos efeitos da inflação sobre o poder de compra e aos juros decorrentes do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito. Também são investigadas a percepção dos estudantes sobre seu próprio conhecimento em investimentos, a frequência com que consideram a educação financeira em suas decisões de consumo, a importância atribuída ao tema para a vida pessoal e profissional, a autoavaliação do nível de educação financeira e a percepção sobre a necessidade de maior oferta de conteúdos relacionados à educação financeira no ambiente universitário. O bloco também contempla a identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes na gestão de suas finanças pessoais. As questões utilizadas encontram-se no questionário apresentado no Apêndice I.

A coleta de dados foi realizada de forma digital, por meio da plataforma Google Forms. O link do questionário foi disponibilizado aos estudantes da UEMG – Unidade Carangola por meio dos canais de comunicação das respectivas turmas, buscando alcançar participantes pertencentes aos períodos definidos para a pesquisa. A participação ocorreu de maneira voluntária, sendo as respostas utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.

Após a aplicação do questionário, os dados obtidos foram organizados e tabulados em planilha eletrônica, utilizando-se o

Microsoft Excel. Inicialmente, foi realizada uma conferência das respostas, com o objetivo de identificar possíveis duplicidades ou questionários incompletos que possam comprometer a análise. Em seguida, os dados foram organizados de acordo com as variáveis investigadas e agrupados principalmente conforme o período acadêmico dos participantes, possibilitando a comparação entre estudantes dos períodos iniciais e finais.

Para a análise dos dados, foi utilizada estatística descritiva, mediante o cálculo de frequências absolutas e relativas (porcentagens). Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, permitindo visualizar a distribuição das respostas e facilitar a interpretação dos dados coletados. Para atender ao objetivo geral da pesquisa, foram comparados os resultados referentes ao conhecimento financeiro e às práticas de gestão do orçamento pessoal entre os estudantes dos períodos iniciais e finais da graduação.

A análise comparativa considerou, principalmente, as respostas relacionadas ao conhecimento sobre conceitos financeiros, planejamento e controle de gastos, capacidade de lidar com despesas inesperadas, utilização de crédito, formação de reservas, existência de dívidas e percepção sobre educação financeira. Dessa maneira, foi possível verificar se os estudantes dos períodos finais apresentam diferenças nos indicadores analisados quando comparados aos estudantes dos períodos iniciais.

Por fim, os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico desenvolvido neste trabalho, buscando relacionar os dados encontrados com as discussões apresentadas sobre educação financeira, comportamento financeiro, planejamento financeiro,

gestão do orçamento pessoal e formação acadêmica. A partir dessa análise, buscou-se verificar se existem diferenças entre os grupos pesquisados que possam indicar uma possível influência da vivência e dos conhecimentos adquiridos no ambiente universitário sobre a maneira como os estudantes administram seu orçamento pessoal.

4. RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. Os dados coletados permitem observar aspectos relacionados ao conhecimento financeiro, ao planejamento e controle das finanças pessoais, ao uso do crédito, à formação de reservas, ao endividamento e à percepção dos estudantes sobre a educação financeira.

Para a apresentação dos resultados, os participantes foram organizados em dois grupos, considerando a etapa da graduação em que se encontram: estudantes dos períodos iniciais, correspondentes ao 1° e 2° períodos, e estudantes dos períodos finais, correspondentes ao 7° e 8° períodos. Dessa forma, os resultados de cada grupo serão apresentados separadamente, possibilitando uma visão das características e comportamentos financeiros dos discentes em diferentes momentos da graduação.

A apresentação dos dados está organizada de acordo com os principais aspectos investigados pelo questionário, buscando demonstrar as respostas obtidas pelos participantes e as características observadas em cada grupo. A análise das diferenças identificadas entre os períodos será considerada posteriormente, juntamente com os demais elementos da pesquisa.

4.1. Resultado dos Estudantes dos Períodos Iniciais - 1° e 2° Períodos

A etapa inicial da investigação concentrou-se no diagnóstico da postura financeira e dos conhecimentos básicos dos acadêmicos em início de curso na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola. A amostra dos 1° e 2° períodos, reuniu 69 discentes matriculados em nove graduações distintas, registrando-se maior participação nos cursos de Pedagogia com 14 alunos (20,3%), Administração com 13 alunos (18,8%), e Sistemas de Informação com 13 alunos (18,8%). Em menor proporção, figuraram os alunos de História com 11 alunos (15,9%), Letras com 8 alunos (11,6%), Ciências Biológicas com 3 alunos (4,3%) e Geografia com 3 alunos (4,3%), além de Serviço Social e Matemática, ambos com 2 alunos cada (2,9%).

Em relação às fontes de renda, a renda proveniente do trabalho formal ou assalariado despontou como a principal fonte de sustento, indicada por 28 pesquisados (40,6%). A dependência de auxílio financeiro familiar e o recebimento de bolsas de estudo apresentaram incidências idênticas, somando 10 alunos cada (14,5%). Por sua vez, a prestação de serviços autônomos (MEI), a realização de estágios e a ausência de receitas regulares foram apontadas por 6 participantes cada (8,7%), ao passo que 3 participantes (4,3%) sobrevivem por meio de pensões. Essa situação também aparece na renda mensal dos estudantes. Entre os participantes, 38 (55,1%) recebem até um salário mínimo, enquanto 21 (30,4%) possuem renda entre um e dois salários mínimos. Além disso, 9 estudantes (13,0%) não possuem renda própria e apenas 1 (1,4%) recebe entre dois e três salários mínimos. Esses dados mostram que a maioria dos acadêmicos, principalmente no início da graduação, conta com uma renda limitada para arcar com suas despesas do dia a dia.

Ao investigar as práticas de acompanhamento do orçamento doméstico, constatou-se que a maioria dos estudantes busca controlar suas finanças, ainda que com frequências variadas: 30 alunos (43,5%) declararam realizar o monitoramento sempre, 14 alunos (20,3%) o fazem frequentemente e 21 alunos (30,4%) apenas eventualmente, restando 4 alunos (5,8%) que raramente executam essa gestão. Todavia, sob o aspecto metodológico, identifica-se uma fragilidade significativa: 32 respondentes (46,4%) gerenciam seus recursos unicamente de memória, sem qualquer suporte de registro. As anotações manuais em cadernos ou papel foram reportadas por 17 discentes (24,6%), o uso de planilhas eletrônicas por 12 discentes (17,4%) e a adoção de aplicativos móveis por 5 discentes (7,2%), sendo que 3 discentes (4,4%) admitem não efetuar controle algum. Esses números indicam que a intenção de controle declarada por grande parte dos estudantes frequentemente não conta com o respaldo de ferramentas formais de escrituração, visto que quase metade deles (46,4%) gerencia os recursos unicamente de memória.

Tabela 1. Ferramentas e métodos utilizados pelos discentes para o controle financeiro pessoal

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Apenas de memória (sem registros)	46,4%
Anotações em papel	24,6%
Planilhas	17,4%
Aplicativos	7,2%
Não realizo controle	4,4%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 69)

Essa dinâmica metodológica interfere na capacidade de poupança e na formação de reservas para imprevistos. Quando questionados sobre a destinação do dinheiro poupado, 33 discentes (47,8%) apontaram o financiamento de metas e sonhos futuros como objetivo primário, ao passo que 24 discentes (34,8%) priorizam a constituição de uma reserva de emergência. A destinação de sobras financeiras para investimentos visando ao crescimento patrimonial foi indicada por 8 participantes (11,6%), e 4 participantes (5,8%) relataram não guardar recursos em nenhuma hipótese. A vulnerabilidade de liquidez da amostra ficou evidenciada frente a um hipotético gasto inesperado equivalente ao custo de vida mensal: embora 35 discentes (50,7%) tenham afirmado que conseguiriam honrar a despesa sem buscar empréstimos, 22 discentes (31,9%) disseram não ter condições e 12 discentes (17,4%) declararam desconhecer sua capacidade de resposta, sinalizando que quase metade do grupo carece de proteção financeira imediata.

Tabela 2. Capacidade dos discentes de arcar com despesas imprevistas equivalente ao gasto mensal sem recorrer a empréstimos

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Sim	50,7%
Não	31,9%
Não sei	17,4%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 69)

No âmbito dos instrumentos de crédito e conhecimento técnico, o cartão de crédito desponta como o produto bancário mais difundido, estando presente na rotina de 48 estudantes (69,6%), seja de forma isolada ou combinada com outros serviços, enquanto 17 estudantes (24,6%) disseram não utilizar nenhum produto financeiro. Sobre o domínio de conceitos econômicos fundamentais, 56 participantes (81,2%) acertaram ao identificar que a inflação reduz o poder de compra da moeda. De igual modo, 47 participantes (68,1%) reconheceram que a quitação apenas do valor mínimo da fatura do cartão acarreta a incidência de juros rotativos. Entretanto, salienta-se que 18 participantes (26,1%) desconheciam essa cobrança de encargos e 4 participantes (5,8%) avaliaram a afirmação como falsa, revelando um déficit perceptível de entendimento sobre os custos do crédito entre mais de 30% dos participantes.

Tabela 3. Conhecimento dos discentes acerca da incidência de juros no pagamento mínimo do cartão de crédito

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Verdadeiro	68,1%
Não sei responder	26,1%
Falso	5,8%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 69)

A autoavaliação acerca do grau de instrução financeira reforça a percepção de limitações teóricas. No tocante aos investimentos, 65 ingressantes (94,2%) enquadraram seu conhecimento entre os níveis médio ou baixo. Especificamente, 35 alunos (50,7%) avaliaram seu

conhecimento como médio, 17 (24,6%) como baixo e 13 (18,8%) como muito baixo, enquanto apenas 3 alunos (4,3%) avaliaram seu conhecimento como alto e apenas 1 aluno (1,4%) o avaliou como muito alto. No que tange à autoavaliação do nível geral de educação financeira, os ingressantes distribuíram-se da seguinte forma: 35 alunos avaliaram seu conhecimento como médio (50,7%), 17 alunos como alto (24,6%), 11 alunos como baixo (15,9%), e as faixas de muito baixo e muito alto registraram 3 alunos cada (4,3%). Esses dados evidenciam que a maior parte da turma se concentra na faixa intermediária ou percebe limitações em sua formação prévia. Quanto ao comportamento financeiro, na quitação de dívidas, a amostra demonstrou responsabilidade operacional: 60 discentes (87,0%) afirmaram não possuir contas em atraso no momento da coleta e 36 discentes (52,2%) disseram liquidar sempre a fatura integral do cartão. Além disso, a ocorrência de atrasos em compromissos rotineiros foi classificada como rara por 35 alunos (50,7%) e inexistente por 18 alunos (26,1%).

Por fim, os dados apontam expressiva valorização do tema e demanda por formação acadêmica na área. A educação financeira foi classificada como de "alta" ou "muito alta" importância para a vida pessoal e profissional por 63 entrevistados (91,3%), e 43 entrevistados (62,3%) disseram que esse conhecimento influencia de forma direta e frequente suas escolhas de consumo. Diante disso, 67 acadêmicos (97,1%) defenderam que a universidade deveria incorporar mais conteúdos e abordagens sobre gestão financeira em sua grade. Ao diagnosticarem a principal barreira para o equilíbrio do próprio orçamento, os discentes destacaram os hábitos comportamentais de gastos excessivos e compras por impulso com 19 indicações (27,5%) e a falta de conhecimento prévio com 18 indicações (26,1%), seguidos pela restrição de renda com 14

indicações (20,3%) e pela ausência de planejamento com 12 indicações (17,4%), confirmando que os fatores comportamentais e educacionais se sobrepõem às restrições puramente financeiras.

Tabela 4. Percepção dos discentes quanto à principal dificuldade enfrentada na gestão financeira pessoal

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Gastos excessivos ou compras por impulso	27,5%
Falta de conhecimento sobre educação financeira	26,1%
Baixa renda	20,3%
Falta de planejamento financeiro	17,4%
Falta de hábito de poupar	5,8%
Uso inadequado do cartão de crédito	1,5%
Endividamento	1,4%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 69).

4.2. Resultado dos Estudantes dos Períodos Finais - 7° e 8° Períodos

Na segunda etapa do diagnóstico foi realizada a avaliação dos acadêmicos concluintes, matriculados nos 7° e 8° períodos do campus. A amostragem dessa pesquisa totalizou 32 participantes distribuídos em nove graduações, com notória concentração no curso de Administração, que respondeu por 15 alunos (46,9%) dos dados obtidos. Em seguida, os discentes de Sistemas de Informação, com 6 alunos (18,8%), e de Matemática, com 3 alunos (9,4%), ao passo

que os cursos de Pedagogia e Ciências Biológicas registraram 2 alunos cada (6,2%), e Serviço Social, Letras, Geografia e História contribuíram com 1 aluno cada (3,1%).

Em termos socioeconômicos, o emprego formal permaneceu como a principal fonte de sustento para a maioria expressiva do grupo, indicada por 19 acadêmicos (59,4%). O recebimento de bolsas de estudo e a atuação como trabalhadores autônomos (MEI) registraram participações idênticas de 4 alunos por modalidade (12,5%), enquanto a remuneração por estágios respondeu por 3 alunos (9,4%). Apenas 1 estudante declarou depender exclusivamente de suporte financeiro familiar (3,1%), e 1 relatou não possuir receitas regulares (3,1%). Essa maior maturação profissional refletiu-se na estrutura orçamentária: metade da amostra, correspondente a 16 acadêmicos (50,0%), obtém rendimentos situados na faixa de um a dois salários mínimos, 9 acadêmicos (28,1%) recebem até um salário mínimo e 6 acadêmicos (18,8%) situam-se em patamares superiores a dois salários mínimos, restando apenas 1 participante (3,1%) sem receitas próprias.

No que se refere ao planejamento dos fluxos financeiros, identificou-se uma rotina de controle mais difundida: 11 alunos (34,4%) afirmaram efetuar o planejamento de gastos sempre e 9 alunos (28,1%) relataram fazê-lo frequentemente, mesma proporção dos que monitoram apenas ocasionalmente, somando 9 alunos (28,1%), registrando-se 3 alunos (9,4%) que realizam essa gestão raramente. Quanto às ferramentas adotadas, embora o controle financeiro baseado exclusivamente na memória ainda represente a prática mais recorrente, apontada por 11 discentes (34,4%), notou-se avanço marcante na utilização de suporte informatizado. O uso de aplicativos móveis específicos e a realização de anotações manuais

apresentaram a mesma frequência, sendo mencionados por 8 discentes (25,0%) cada, enquanto a elaboração de planilhas eletrônicas atingiu 4 discentes (12,5%), restando apenas 1 discente (3,1%) que declarou não efetuar qualquer acompanhamento.

Tabela 5. Ferramentas e métodos utilizados pelos discentes concluintes para o controle financeiro pessoal

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Apenas de memória (sem registros)	34,4%
Aplicativos	25,0%
Anotações em papel	25,0%
Planilhas	12,5%
Não realizo controle	3,1%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 32)

O aumento dos níveis de receita e a maior organização do orçamento contribuíram para uma maior segurança financeira e para mudanças nos objetivos relacionados à poupança. A formação de reservas de emergência passou a figurar como a prioridade central para guardar recursos, indicada por 12 concluintes (37,5%), superando a realização de sonhos ou objetivos futuros apontada por 10 concluintes (31,3%). Ademais, a destinação de sobras financeiras para investimentos visando à expansão patrimonial alcançou 6 participantes (18,8%), e apenas 4 participantes (12,5%) informaram não possuir o hábito de poupar. Diante de uma despesa imprevista equivalente ao custo de vida mensal, a margem de segurança

financeira fica favorável: 20 formandos (62,5%) garantiram ter capacidade de quitá-la sem recorrer a dívidas, enquanto 6 formandos (18,8%) não souberam informar e outros 6 formandos (18,8%) afirmaram não ter condições.

Tabela 6. Capacidade dos discentes concluintes de arcar com despesas imprevistas equivalente ao gasto mensal sem recorrer a empréstimos

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Sim	62,5%
Não sei	18,8%
Não	18,8%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 32)

Na análise dos conhecimentos técnicos e do uso do crédito, o cartão de crédito mantém-se como o instrumento financeiro dominante: 100% dos entrevistados possuem o produto de forma isolada ou combinada com investimentos e outros financiamentos. Em relação ao conhecimento de conceitos econômicos, 27 participantes (84,4%) identificaram corretamente que a inflação reduz o poder de compra da moeda. O domínio sobre os custos do crédito rotativo mostrou-se ainda mais expressivo: 29 graduandos (90,6%) souberam que a quitação do valor mínimo da fatura incide na cobrança de juros, enquanto 3 graduandos (9,4%) declararam não saber responder e nenhum estudante marcou a opção como falsa. Em relação ao universo dos investimentos, 19 formandos (59,4%) classificaram seu conhecimento no patamar médio e 7 formandos (21,9%) em nível

baixo, sobressaindo-se a presença de 12 concluintes (37,5%) que declararam já realizar investimentos financeiros na prática. No que tange à autoavaliação do nível geral de educação financeira, a maioria dos concluintes demonstrou uma postura cautelosa, 23 estudantes (71,9%) classificaram seu nível como médio ou baixo, evidenciando que, mesmo com a proximidade da conclusão da graduação e o avanço no letramento técnico, os discentes mantêm uma percepção modesta sobre a própria bagagem financeira.

Tabela 7. Conhecimento dos discentes concluintes acerca da incidência de juros no pagamento mínimo do cartão de crédito

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Verdadeiro	90,6%
Não sei responder	9,4%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 32)

No que diz respeito ao adimplemento e ao comportamento de consumo, o perfil dos concluintes revelou elevado grau de disciplina operacional: 29 discentes (90,6%) afirmaram não possuir contas ou parcelas em atraso no momento da pesquisa, 26 discentes (81,2%) disseram pagar sempre a fatura integral do cartão de crédito e 20 discentes (62,5%) relataram jamais ter atrasado o compromisso com suas contas rotineiras. A educação financeira foi reconhecida como um fator que influencia de modo direto e constante as escolhas de consumo de 24 pesquisados (75,0%), somando as opções "sempre" e "frequentemente".

De acordo com a percepção dos concluintes, 27 formandos (84,4%) consideraram a educação financeira de alta ou muito alta importância para o sucesso pessoal e profissional. Além disso, 31 acadêmicos (96,9%) concordaram que a universidade deveria oferecer mais conteúdos e disciplinas relacionados à educação financeira. Por fim, ao indicarem as principais dificuldades na administração das finanças pessoais, os estudantes apontaram a falta de planejamento financeiro, mencionada por 9 concluintes (28,1%) e a falta de conhecimentos anteriores sobre o tema, indicada por 7 concluintes (21,9%) como os principais problemas. Esses fatores foram mais citados do que os gastos por impulso e a renda limitada, ambos mencionados por 6 participantes (18,8%) cada.

Tabela 8. Percepção dos discentes concluintes quanto à principal dificuldade enfrentada na gestão financeira pessoal

Resposta dos participantes	Percentual (%)
Falta de planejamento financeiro	28,1%
Falta de conhecimento sobre educação financeira	21,9%
Gastos excessivos ou compras por impulso	18,8%
Baixa renda	18,8%
Uso inadequado do cartão de crédito	12,5%
Total	**100,0%**

Fonte: Dados da pesquisa (2026; N = 32).

4.3. Comparativo Entre os Períodos Iniciais e Finais

A comparação entre os estudantes do início (1º e 2º períodos) e do fim do curso (7º e 8º períodos) permite observar diferenças no comportamento financeiro, no uso do crédito e na dependência de terceiros. Enquanto os concluintes mostram maior estabilidade e autonomia, pontos como a frequência de planejamento e a avaliação do próprio conhecimento permanecem muito parecidos entre os dois grupos.

Uma diferença observada entre os estudantes dos períodos iniciais e finais refere-se à fonte de sustento e à inserção profissional. Embora o trabalho formal já represente uma fonte expressiva de renda desde o início do curso, nota-se uma consolidação ainda maior da atuação profissional e em estágios nos períodos finais, o que eleva a fatia de alunos que recebem mais de um salário mínimo de 31,8% no início para 68,8% no final. Essa maior disponibilidade financeira acompanha reflexos positivos na organização dos compromissos: o hábito de pagar a fatura integral do cartão sobe de 52,2% entre os novatos para 81,2% entre os formandos, enquanto o grupo que nunca atrasa pagamentos evolui de 26,1% para 62,5%.

Essa autonomia orçamentária também se reflete na proteção contra imprevistos. Ao serem questionados se conseguiriam arcar com uma despesa surpresa equivalente ao seu gasto mensal sem pedir empréstimos, 50,7% dos calouros disseram que sim, contra 62,5% dos formandos.

Em relação ao conhecimento prático, os estudantes do final do curso apresentam respostas mais favoráveis em temas específicos. O entendimento de que a inflação reduz o poder de compra é alto em ambas as etapas, indo de 81,2% no início para 84,4% no final. Já no uso do cartão de crédito, o avanço é bem mais expressivo: a noção

de que pagar apenas o valor mínimo do cartão gera juros salta de 68,1% entre os ingressantes para 90,6% entre os concluintes.

Essa evolução no aprendizado acompanha mudanças na forma de controlar o orçamento. No início da faculdade, quase metade dos alunos (46,4%) faz o controle financeiro apenas de cabeça, enquanto no final essa dependência cai para 34,4%. Por outro lado, o uso de ferramentas digitais e aplicativos salta de 7,2% para 25,0% entre os dois grupos, mostrando uma busca por métodos mais práticos de organização.

Em contrapartida, alguns comportamentos não acompanham esse crescimento. A frequência com que planejam os gastos é praticamente idêntica: 63,8% dos calouros e 62,5% dos formandos afirmam que sempre ou frequentemente organizam o orçamento. A ausência de dívidas ou parcelas em atraso também apresentou pouca variação, passando de 87,0% entre os ingressantes para 90,6% entre os concluintes.

No entanto, chama a atenção o fato de que esses avanços práticos não aumentaram a autoconfiança dos estudantes. Apenas 29,0% dos calouros e 25,0% dos formandos consideram seu nível de educação financeira "alto" ou "muito alto". Esse resultado pode estar relacionado às dificuldades do cotidiano: no início do curso, os maiores entraves são as compras por impulso e a falta de conhecimento prévio; já no final, os maiores desafios passam a ser a organização do planejamento e a própria limitação técnica. Em ambas as etapas, o obstáculo é duplo: envolve tanto o hábito comportamental quanto a falta de bagagem teórica. É por isso que a cobrança por mais conteúdos de educação financeira na

universidade é praticamente uma unanimidade, defendida por 97,1% dos ingressantes e 96,9% dos concluintes.

5. CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central analisar a influência do conhecimento e das vivências no ambiente universitário na gestão do orçamento pessoal dos estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. Por meio de uma abordagem quantitativa realizada com 101 discentes, divididos entre os períodos iniciais (1° e 2° períodos) com 69 participantes e finais da graduação (7° e 8° períodos), com 32 participantes, buscou-se diagnosticar o nível de letramento financeiro da comunidade acadêmica, mapear suas práticas orçamentárias cotidianas e avaliar em que medida a trajetória universitária se relaciona com a maturidade e o comportamento diante do dinheiro.

Um dos achados centrais desta pesquisa reside no paradoxo da autopercepção em relação ao nível de conhecimento financeiro. Embora os discentes dos períodos finais tenham demonstrado elevado domínio em questões conceituais e operacionais práticas, como a compreensão expressiva dos juros rotativos do cartão de crédito (90,6%) e dos efeitos da inflação (84,4%), a maioria (71,9%) autoavaliou seu nível de educação financeira como "médio" ou "baixo". Esse resultado pode ser discutido à luz da literatura de finanças comportamentais e do Efeito Dunning-Kruger (Kruger; Dunning, 2009): conforme os estudantes avançam na formação acadêmica e expandem sua bagagem técnica, passam a ter maior consciência da complexidade do sistema financeiro, tornando-se mais críticos, cautelosos e exigentes na própria autoavaliação. Essa discrepância sinaliza que o domínio de noções financeiras

elementares não se traduz automaticamente em autoconfiança, revelando que os discentes compreendem os riscos do mercado, mas ainda se sentem inseguros quanto à sua capacidade de gerir o próprio patrimônio de forma técnica e autônoma, enquanto os discentes ingressantes (dos quais 50,7% também se situam na faixa intermediária) tendem a expressar uma autoconfiança desproporcional ao seu real nível de letramento técnico por ainda desconhecerem a complexidade das variáveis envolvidas na gestão patrimonial.

Ademais, a análise comparativa revelou diferenças entre os estudantes dos períodos iniciais e finais, especialmente em relação ao comportamento orçamentário dos concluintes, sobretudo na disciplina operacional e na gestão de compromissos financeiros. Constatou-se uma diferença expressiva na proporção de estudantes que realizam o pagamento integral da fatura do cartão de crédito, passando de 52,2% no início do curso para 81,2% entre os formandos, acompanhada de um percentual de 90,6% de alunos sem qualquer pendência financeira ou dívida em atraso. Oportuno destacar que esse ganho comportamental não deve ser atribuído exclusivamente à instrução acadêmica formal. Os dados apontam que a permanência na graduação é acompanhada por uma maior taxa de inserção no mercado de trabalho e em vagas de estágio, elevando a autonomia financeira (de 31,8% para 68,8% de alunos com renda superior a um salário mínimo). Assim, embora nos períodos iniciais os orçamentos sejam mais restritos e dependentes de fontes variadas de subsistência, o avanço da adimplência e do uso consciente do cartão nos períodos finais pode estar associado ao ganho de renda própria e à experiência prática adquirida no mercado de trabalho. Essa vivência prática fora das salas de aula expõe o estudante à responsabilidade direta pela gestão de seus

compromissos diários, podendo contribuir para o desenvolvimento da maturidade financeira.

Cumpre ressaltar que a análise do desempenho técnico superior observado entre os concluintes em conceitos de matemática financeira, contabilidade e gestão orçamentária está possivelmente relacionada à expressiva representatividade de discentes do curso de Administração na amostra final (46,9%). Esse viés de matrícula evidencia que o letramento financeiro mais avançado no término da graduação pode estar relacionado não apenas ao tempo geral de vivência na instituição, mas de forma determinante pela especificidade da formação curricular voltada à gestão, diferenciando o desempenho acadêmico em função da área de formação.

Os três objetivos específicos estabelecidos para a investigação foram plenamente alcançados, fornecendo um panorama claro sobre a realidade financeira estudantil. Quanto ao primeiro objetivo, identificar o nível de conhecimento financeiro, a pesquisa revelou que os universitários possuem um domínio conceitual satisfatório em relação a temas práticos do cotidiano econômico, demonstrando clara compreensão sobre o efeito corrosivo da inflação no poder de compra (81,2% nos iniciais e 84,4% nos finais) e o impacto dos juros decorrentes do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito (68,1% nos iniciais e 90,6% nos finais). Contudo, evidencia-se o que se pode denominar como o "Paradoxo do Letramento Financeiro": a elevada apreensão de conceitos econômicos teóricos não se traduz automaticamente em um planejamento orçamentário diário mais frequente ou rigoroso, visto que a rotina de controle orçamentário manteve-se em patamares semelhantes entre o início e o fim da graduação (63,8% e 62,5%). Esse achado corrobora expressivamente

as proposições fundamentais de Lusardi e Mitchell (2014) sobre o letramento financeiro. Conforme as autoras sustentam, existe uma clara distinção entre a dimensão cognitiva (literacy) e o comportamento financeiro efetivo (financial behavior): deter o conhecimento teórico dos princípios econômicos é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a tomada de decisões financeiras saudáveis e a disciplina no planejamento diário. Assim, o estudo confirma que o saber conceitual, isoladamente, não elimina os vieses comportamentais nem assegura a transformação automática dos hábitos orçamentários dos estudantes no cotidiano.

No que tange ao segundo objetivo específico, analisar as principais práticas de planejamento e controle orçamentário, os dados evidenciaram que a organização financeira dos universitários ocorre de maneira predominantemente reativa e pouco estruturada. Embora mais da metade dos entrevistados afirme elaborar algum tipo de planejamento de gastos com frequência, observa-se, sobretudo nos períodos iniciais, uma elevada dependência de métodos informais de controle, como a gestão mantida apenas "de cabeça", sem o suporte de registros sistemáticos. Além disso, ao examinar as barreiras enfrentadas na rotina diária, constatou-se que a manutenção do equilíbrio financeiro é fortemente impactada por um duplo desafio: de um lado, fatores comportamentais representados pelas compras por impulso e pela dificuldade de autocontrole; de outro, a escassez de planejamento prévio e a limitação de conhecimentos práticos de gestão.

Em relação ao terceiro objetivo específico, comparar o conhecimento e a gestão do orçamento entre discentes dos períodos iniciais e finais, foram observadas diferenças comportamentais entre os grupos, especialmente em dimensões

específicas, porém não transforma estruturalmente os hábitos de planejamento. Os concluintes apresentaram indicadores consideravelmente mais favoráveis no tocante ao uso responsável do crédito, à adimplência no pagamento de contas e à capacidade de arcar com despesas imprevistas sem recorrer ao endividamento. Observou-se também uma modernização nos métodos de acompanhamento orçamentário, com a redução do controle meramente mental e a expansão do uso de ferramentas digitais e planilhas. Entretanto, esses avanços práticos contrastam com a estagnação na frequência com que os alunos planejam suas finanças a longo prazo e com a permanência de uma baixa autopercepção sobre o nível de educação financeira, fatores que se mantiveram praticamente inalterados entre o início e o fim da faculdade.

Diante desse conjunto de achados, responde-se de forma fundamentada à questão problema desta pesquisa: o ambiente e a vivência universitária podem estar associados a diferenças na gestão do orçamento pessoal, traduzida no aumento da adimplência, no uso mais consciente do cartão de crédito e na busca por ferramentas formais de controle. No entanto, essa possível relação pode ocorrer de maneira essencialmente indireta e empírica. Essa relação pode estar associada, sobretudo, à maior inserção dos discentes concluintes no mercado de trabalho e em vagas de estágio, o que pode estar relacionado no aumento da renda própria, na redução da dependência financeira familiar e na consequente necessidade de assumir a responsabilidade direta pelos próprios compromissos. Portanto, a permanência no ambiente acadêmico, por si só, demonstra ser insuficiente para sanar deficiências estruturais ligadas ao planejamento orçamentário de longo prazo e ao controle de impulsos de consumo.

Esse diagnóstico justifica e fundamenta o fato de aproximadamente 97% dos discentes, em ambas as etapas da graduação, defenderem que a universidade deveria oferecer mais conteúdos voltados à educação financeira. Essa demanda expressiva evidencia que, embora a universidade cumpra seu papel na formação profissional geral, existe uma lacuna no desenvolvimento de competências transversais indispensáveis para a vida cidadã. Diante disso, recomenda-se à UEMG – Unidade Carangola a implementação de ações extensionistas e institucionais direcionadas, como a oferta de disciplinas eletivas de finanças pessoais, a realização de oficinas práticas de planejamento orçamentário e o desenvolvimento de projetos de extensão voltados para os acadêmicos dos primeiros períodos. Tais iniciativas poderão contribuir para capacitar a comunidade acadêmica para uma gestão financeira autônoma, consciente e alinhada aos desafios econômicos da vida adulta e profissional.

Por fim, como limitação deste estudo, que reforça a prudência na não generalização estatística dos dados, pondera-se que a amostragem se deu por conveniência e adesão voluntária, refletindo especificidades do público acadêmico local. Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se a realização de investigações com delineamentos estatísticos e econométricos que isolem e controlem expressamente a variável "inserção no mercado de trabalho e autonomia financeira". Essa análise permitirá compreender melhor a relação entre a formação acadêmica e o aprendizado prático gerado pela experiência profissional do estudante no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar. **Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial.** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 33, e200067, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/psicousp/pt_BR/article/view/202639/186728. Acesso em: 08 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS **(ANBIMA).** Raio X do Investidor Brasileiro 2023. São Paulo: ANBIMA, 2023. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor.htm. Acesso em: 06 maio 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira:** Cidadania Financeira - Conteúdo Básico. 2. ed. rev. Brasília: BCB, 2026. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2025.** Brasília: BCB, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/21097/noticia.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/bauman_z_vida_para_consumo.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRAIDO, Gabriel Machado. **Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul.** *Revista Estudo & Debate*, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37–58, 2014. Disponível em: https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/601/591. Acesso em: 08 maio 2026.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Brasil: implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira.** Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/arquivos/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

CAMARGO, Camila. **O gerenciamento de projetos em incubadoras de empresas do Paraná.** 2007. Dissertação (Mestrado em

Engenharia de Produção) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/13678/Camila%20Camargo%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%202007.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2026.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO. **Planejamento financeiro pessoal.** 2. ed. Rio de Janeiro: CVM: Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/livros-cvm/livro-top-planejamento-financeiro-pessoal/@@display-file/file. Acesso em: 30 abr. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC):** março de 2026. Brasília: CNC, 2026. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2026/04/Pesquisas-CNC-PEIC-mar_26.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação financeira: uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar,** [S. l.], v. 3, n. 4, e1217, abr. 2022. DOI https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1217. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/1217/1018. Acesso em: 27 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar:** duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/08/kahneman-daniel-rapido-e-devagar-duas-formas-de-pensar.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre:** edição de 20 anos atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/Administração%20de%20Marketing,%20Kotler%20e%20Keller,%2014ed,%202012.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

KRUGER, Justin; DUNNING, David. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. **Psychology,** v. 1, p. 30-46, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/12688660_Unskilled_and_Unaware_of_It_How_Difficulties_in_Recognizing_One's_Own_Incompetence_Lead_to_Inflated_Self-Assessments. Acesso em: 15 out. 2026.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **Journal of Economic Literature,** v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. Disponível em: https://gflec.org/wp-content/uploads/2014/12/economic-importance-financial-literacy-theory-evidence.pdf. Acesso em: 16 out. 2026.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de projetos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MUHLHAUSEN, Felipe; LUZ, Igor Pereira da; MARÇAL, Ronan Reis. Educação financeira: um estudo do perfil do comportamento financeiro de acadêmicos dos cursos de gestão. **Revista UNEMAT de Contabilidade,** v. 10, n. 19, p. 38-59, 2021. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/4141/4427. Acesso em: 05 maio 2026.

OECD. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies.** Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2005/11/improving-financial-literacy_g1gh5cd2/9789264012578-en.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. **Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?** *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, Campo Largo, v. 12, n. 3, p. 314–333, set./dez. 2013. DOI: 10.5329/RECADM.2013025. Disponível em: https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1656. Acesso em: 5 maio 2026.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROGERS, Pablo; SECURATO, José Roberto; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa; ARAUJO, Simone Rodrigues. Finanças Comportamentais no Brasil: Um Estudo Comparativo. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: FEA-USP/FIPECAFI, 2007. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos72007/126.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

SAVÓIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jun. 2026.

SERASA. **Manual do endividado:** confira quais são os seus direitos e saiba como sair do endividamento. São Paulo: Serasa, 2023. Disponível em: https://www.serasa.com.br/blog/manual-do-endividado/. Acesso em: 30 abr. 2026.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo (Administrative Behavior).** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1979. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/399935609/LIVRO-Comportamento-Administrativo-Herbert-Simon. Acesso em: 01 jun. 2026.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; OLIVEIRA, Raquel Freitas de; SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; BARROS, Lucas Ayres B. de C. Finanças comportamentais: uma introdução. **Revista de Gestão USP,** São Paulo, v. 15, n. 3, p. 25-35, jul./set. 2008. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/b75b7d3d-1b13-45cf-8904-57b048363ff9/1732385.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

BLOCO 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO.

1- Em qual período você está matriculado?

( ) 1° ao 2°

( ) 3° ao 4°

( ) 5° ao 6°

( ) 7° ao 8°

2- Qual curso você frequenta?

( ) Administração

( ) Ciências Biológicas

( ) Geografia

( ) História

( ) Letras

( ) Matemática

( ) Pedagogia

( ) Serviço Social

( ) Sistemas de Informação

3- Qual é sua principal fonte de renda ou sustento?

( ) Salário/Emprego formal

( ) Estágio

( ) Trabalho autônomo/MEI

( ) Bolsa de Estudos

( ) Ajuda financeira dos pais ou familiares

( ) Pensão

( ) Não possuo renda ou auxílio regular

( ) Outro

4- Qual sua renda mensal aproximada?

( ) Não possuo renda

( ) Até 1 salário mínimo

( ) De 1 a 2 salários mínimos
( ) De 2 a 3 salários mínimos
( ) Acima de 3 salários mínimos

BLOCO 2: COMPORTAMENTO FINANCEIRO E GESTÃO DE RECURSOS.

5- Você costuma planejar ou controlar seus gastos mensais?

( ) Sempre
( ) Frequentemente
( ) Às vezes
( ) Raramente
( ) Nunca

6- Como você controla suas finanças?

( ) Aplicativos
( ) Planilhas
( ) Anotações em pape
( ) Apenas de memória (sem registros)
( ) Não realizo controle

7- Quando você consegue guardar dinheiro, qual costuma ser seu principal objetivo?

( ) Formar uma reserva para emergências
( ) Realizar sonhos ou objetivos futuros
( ) Investir e aumentar meu patrimônio
( ) Não costumo guardar dinheiro

8- Se surgisse uma despesa inesperada equivalente ao seu gasto mensal, você conseguiria pagá-la sem recorrer a empréstimos?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

9- Você possui atualmente? (Marque todas as opções aplicáveis)

( ) Cartão de crédito
( ) Empréstimo
( ) Financiamento
( ) Investimentos
( ) Nenhuma das opções

10- Você costuma pagar integralmente a fatura do cartão de crédito?

( ) Sempre
( ) Frequentemente
( ) Às vezes
( ) Raramente
( ) Nunca
( ) Não possuo cartão de crédito

11- Atualmente você possui dívidas ou parcelas em atraso?

( ) Sim
( ) Não

12- Com que frequência você atrasa o pagamento de contas ou compromissos financeiros?

( ) Nunca
( ) Raramente
( ) Às vezes
( ) Frequentemente

BLOCO 3: CONHECIMENTO FINANCEIRO E PERCEPÇÃO SOBRE O TEMA

13- Em geral, a inflação faz com que:

( ) O dinheiro compre mais produtos e serviços
( ) O dinheiro compre menos produtos e serviços
( ) Não afete o poder de compra
( ) Não sei responder

14- Pagar apenas o valor mínimo da fatura do cartão de crédito pode gerar cobrança de juros sobre o saldo restante.

( ) Verdadeiro
( ) Falso
( ) Não sei responder

15- Como você avalia seu conhecimento sobre investimentos financeiros?

( ) Muito baixo
( ) Baixo
( ) Médio
( ) Alto
( ) Muito alto

16- A educação financeira influencia suas decisões de consumo?

( ) Sempre
( ) Frequentemente
( ) Às vezes
( ) Raramente
( ) Nunca

17- Qual a importância da educação financeira para sua vida pessoal e profissional?

( ) Muito alta
( ) Alta
( ) Média
( ) Baixa
( ) Muito baixa

18- Como você avalia seu nível de educação financeira?

( ) Muito alto
( ) Alto
( ) Médio
( ) Baixo
( ) Muito baixo

19- Você acredita que a universidade deveria oferecer mais conteúdos relacionados à educação financeira?

( ) Sim
( ) Não

20- Na sua opinião, qual é a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes na gestão de suas finanças?

( ) Baixa renda

( ) Falta de planejamento financeiro

( ) Gastos excessivos ou compras por impulso

( ) Uso inadequado do cartão de crédito

( ) Falta de conhecimento sobre educação financeira

( ) Endividamento

( ) Falta de hábito de poupar

( ) Outro